



Diniz Borges

## O Dia em que nos pedirem para largar uma das nossas bandeiras

### *Dupla cidadania, nativismo e o sinal de alarme para a comunidade luso-americana*

De tempos a tempos, surge em Washington um projeto de lei que não pretende governar, e sim enviar um sinal. O **Exclusive Citizenship Act of 2025**, apresentado pelo senador Bernie Moreno, é exatamente isso — um gesto político destinado a alimentar um eleitorado cada vez mais seduzido pelo nativismo.

A proposta quer banir toda e qualquer dupla cidadania, obrigar milhões de pessoas a renunciar a uma nacionalidade num ano, criar um registo federal de cidadãos com dupla cidadania e considerar “estrangeiros” aqueles que não cumprirem o prazo — incluindo cidadãos nascidos nos Estados Unidos. Afirma defender a “lealdade indivisa”, mas revela, sobretudo, uma visão cada vez mais estreita da América.

Juridicamente, o projeto dificilmente avançará. Contraria decisões do Supremo Tribunal (*Afroyim v. Rusk* e *Vance v. Terrazas*) que proibem retirar a cidadania sem renúncia voluntária e intencional. Administrativamente, é impossível: os consulados não têm capacidade para processar milhões de renúncias em doze meses. Politicamente, não tem apoio bipartidário — e convém lembrar que até a antiga Primeira-Dama, Melania Trump, foi cidadã de dois países. Mas o perigo não está na sua aprovação. Está no clima que o tornou possível.

O projeto expõe uma tendência profunda: a crescente desconfiança em relação a tudo o que é “estrangeiro”, híbrido, plural, ou simplesmente complexo. E é precisamente aqui que a comunidade luso-americana precisa de abrir os olhos. Durante mais de um século, os açorianos cruzaram o Atlântico com uma mala na mão e outra cheia de memórias. Hoje, muitos são cidadãos americanos e portugueses — não por deslealdade, mas por herança. A sua identidade é oceânica, não monolítica.

E aqui surge uma pergunta que raramente nos fazemos, talvez por medo, talvez por hábito: *o que significa, realmente, para nós, açoriano-americanos, possuir duas cidadanias?* Será apenas uma chave conveniente para entrar e sair das ilhas, um benefício burocrático que guardamos no bolso como quem guarda um seguro de saúde? Ou será, pelo contrário, uma forma de dizer que a nossa história não cabe num único verbo, que a nossa alma tem duas moradas, que a terra dos nossos avós continua a pulsar em nós quando pisamos o cimento das cidades americanas ou as herdades do vasto território estadunidense?

Porque talvez estejamos mais preocupados em perder certas benesses — a facilidade de viajar, a porta aberta da reforma no arquipélago — do que dispostos a admitir que a dupla cidadania, no fundo, é um pacto invisível com aquilo que ainda nos comove. Seremos nós duplos por conveniência ou por saudade? Guardamos dois passaportes porque nos convém, ou porque nos seria impossível cortar o fio que nos liga à oração dos nossos avós, ao cheiro da terra molhada das nossas ilhas, ao rumor do mar que nos fez?

A ameaça a essa segunda bandeira obriga-nos a confrontar esta verdade íntima: a ordem de escolher um só país é, para nós, a ordem de escolher entre duas metades de nós mesmos. E poucos cortes são tão brutais. E também é importante dizer-se que são muitos (centenas de milhares — a vastíssima maioria — através dos EUA)

emigrantes e descendentes que estão mais preocupados com a cultura, com o ensino da língua portuguesa nas suas famílias e nas escolas americanas e com a ligação quotidiana aos Açores do que eu com um simples passaporte.

Contudo, segundo a lógica deste projeto, esses mesmos luso-americanos — trabalhadores agrícolas, enfermeiros, professores, empresários, veteranos, autarcas e até netos já nascidos em solo americano — seriam considerados estrangeiros por possuírem também a cidadania portuguesa.

Os impactos seriam profundos, especialmente para quem depende da cidadania portuguesa para aspetos mais do bolso do que do coração, direitos de propriedade ou a possibilidade de regressar à ilha na reforma. Alguns países — Portugal incluído — reconhecem a cidadania por ascendência e não permitem a renúncia nesses casos. Ou seja, o cumprimento seria impossível.

Mas a mensagem é clara: para o novo nativismo, cidadãos com dupla identidade deixam de ser americanos enriquecidos — passam a ser americanos suspeitos.

Aqui reside a verdade incómoda para alguns dentro da nossa própria comunidade: não se pode erguer a bandeira da exclusão e esperar ficar imune aos seus efeitos. Como dizem americanos: *you can't have your cake and eat it too*.

Há luso-americanos — inclusive muitos açorianos ou com origem nas ilhas — que envergam slogans MAGA com orgulho, sem perceberem que o movimento que apoiam olha para eles com a mesma desconfiança com que olha para qualquer outro cidadão de ascendência estrangeira. O mesmo partido que hoje demoniza imigrantes não hesita em sugerir que cidadãos com dupla nacionalidade — mesmo nascidos nos EUA — não são plenamente americanos.

Este projeto-lei é um aviso. Não porque vá ser aprovado, mas porque revela a direção ideológica do Partido Republicano cada vez mais fechado, isolacionista e hostil à própria história migratória dos Estados Unidos. Propostas semelhantes voltarão a surgir. A encosta é escorregadia e cada novo projeto-lei normaliza o impensável.

Para uma diáspora construída sobre a migração, a memória e a pertença a dois mundos, o momento exige clareza. Exige alfabetização política. Exige que rejeitemos narrativas simplistas que apagam a história que nos conduziu até aqui. Os americanos de ascendência açoriana sabem melhor do que ninguém que a identidade não cabe num único porto. Somos feitos de um arquipélago e de um continente, de passado e de futuro. Defender essa pluralidade não é falta de lealdade — é profundamente americano.

E antes que alguém da nossa comunidade vista uma camisola ou use um chapéu MAGA, convém lembrar: o movimento que agora aplaudem pode muito bem decidir que o vosso outro passaporte, a vossa outra língua, as vossas outras tradições, ou os vossos avós nascidos numa ilha no meio do Atlântico, vos tornam menos americanos.

Este é o sinal de alarme. Resta saber se teremos a coragem de escutá-lo.



João Sardinha

## Hoje é Dia Internacional da Montanha

Dia hoje Internacional Montanha é dedicado  
Não só mesmo em Portugal  
Costuma ser festejado

Há Montanhas no Planeta  
Que deixem a desejar  
Se alguma é uma treta  
Outras podem-se gabar

A mais alta do Planeta  
De Everest conhecido  
Na Montanha não se meta  
Mais certo é ficar perdido

Montanha dia a lembrar  
Objetivo é está na hora  
Destruição acabar  
Não só pela Fauna e Flora

Há quem lá passe bons dias  
Não só mesmo a passear  
Mas tem completas Famílias  
Na Montanha a trabalhar

Na verdade nua e crua  
O dia é de lembrar  
Há quem vivia na rua  
Foi p'ra Montanha morar

Há Montanhas por favor  
Picos ou Montes chamados  
Pois é estes sim senhor  
Que vão hoje aqui lembrados

Há Montanhas uns amores  
Mas muito pouco falados  
Nas 9 Ilhas dos Açores  
Temos alguns afamados

Dia Internacional  
Lembrando contente eu fico  
Mais alta de Portugal  
É Montanha Ilha do Pico

À Montanha, lembrar dia  
Pode em Greve aproveitar  
Dê um passeio em Família  
E hoje comemorar

Faz-me lembrar este dia  
Uma piada engraçada  
A Montanha Ourivesaria  
Aqui em Ponta Delgada

A comemorar o dia  
É da Montanha falar  
Até eu também fazia  
Se tivesse mais lugar